

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Humberto Monteiro

ANO XXIII - Nº 1606

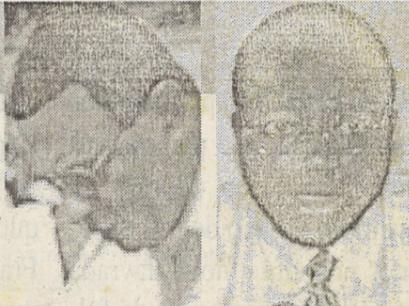
Preço: 250 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

NOVA GRELHA SALARIAL

TRISTE DESILUSÃO



Página 12

NOVA ONDA DE PROTESTO NAS FORÇAS ARMADAS



POPULARES DE BISSAU ACORDARAM ASSUSTADOS

Página 12

Especial Eleições

RESULTADOS DEFINITIVOS

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

	SAB	TOMRALI	QUINARA	OIO	BIOMBO	BOL/BIJ	BAFATA	GABU	CACHEU	TOTAL
Malam B. Sanhá	16.982	6.634	7.543	17.984	1.554	2.812	15.536	11.608	6.071	86.724
Salvador Tchongo	843	398	169	1.431	255	187	1.438	1.264	952	6.937
Faustino F. Imbali	7.790	642	401	2.821	562	734	8.180	6.829	2.525	30.484
Joaquim Baldé	784	142	66	339	362	168	1.992	2.940	1.630	8.623
Bubacar R. Djaló	2.206	2.070	519	1.028	512	137	1.972	2.928	654	12.026
Abubacar Baldé	3.443	1.042	151	1.892	432	216	5.705	6.530	981	20.192
José C. Mendes	759	119	104	482	611	134	797	782	1.523	5.311
João Tatis Sá	7.938	366	501	648	11.094	749	752	971	1.098	24.117
Kumba Yalá	46.386	12.378	7.452	35.081	6.208	2.178	7.872	3.322	23.119	143.996
Fernando Gomes	5.581	452	652	1.316	1.756	3.150	1.982	1.180	10.000	26.049
Mamadú U. Baldé	351	54	46	315	149	70	931	1.324	340	3.580
Antonieta R. Gomes	515	176	105	519	120	121	372	622	436	2.986
Votos Válidos	93.678	24.473	17.709	63.856	23.615	10.656	47.529	40.280	49.329	371.025

Página 12

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

PARTIDO	MANDATOS
UM	3
FCG-SD	0
LIPE	0
PUSD	0
FDS	1
AD (PCD-FD)	4
RGB	28
PAIGC	24
PSD	3
UNDP	1
FLING	0
PRP	0
PRS	38
TOTAL	102



FLORBIS
Empresa do futuro



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DO TRABALHO

CARTÓRIO NOTARIAL DE BISSAU

= CERTIDÃO =

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte cinco do mês de Novembro do ano de mil novecentos noventa e nove, lavrada neste cartório e exarada de folhas cinquenta e nove verso à sessenta e dois, no livro de notas para escrituras diversas número E/Série-I, os senhores, **António José da Silva Rocha** casado, residente em Bissau, que outorga por si e em representação da sua mulher Juvelina Maria de Almeida

Cabral Rocha, a firma Tobissat-Exportação de Medicamentos, Ld^a Sociedade Comercial por quotas, com sede na rua Carlos França, número vinte sete primeiro andar, C-Torres Vedras, Portugal, neste acto representada pelos senhores **Manuel Pires Nabais** e **Rogério Augusto da Costa Campos Pacheco**, ambos residentes em Bissau; por unanimidade decidiram fazer a cedência de quotas, integração e novo sócio alteração parcial dos estatutos e aumento de capital da firma Rocal Ld^a - Rocha, Cabral & filhos, Ld^a.

Que, são os únicos sócios da sociedade denominada Rocal, Ld^a Rocha, Cabral, & Filhos, Ld^a, com sede em Bissau, constituída por escritura pública de treze de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e nove, lavrada neste cartório e exarada de folhas seis à dez verso no livro número cento e vinte quatro de actos e contratos celebrados e com um capital social que foi de um milhão de pesos guineenses actualmente correspondentes a quinze mil, trezentos e oitenta e quatro francos CFA.

Que conforme consta na acta número um da Assembleia dos sócios da Rocal Ld^a, realizada no dia vinte dois de Novembro corrente, pelas daz horas, na sua sede social em Bissau e por unanimidade foi deliberado o seguinte.

Que, a cada um dos sócios, António José da Silva Rocha e Juvelina Maria da Almeida Cabral Rocha, cedem 35% (trinta e cinco por cento) da parte das quotas que detêm na Rocal Ld^a. à Tobissat-Exportação de Medicamentos, Limitada, a qual passará a deter 70% (setenta por cento).

Que, na sequência desta cessão, Tobissat-Exportação de Medicamentos, Ld^a passa a ingerir na Rocal-Rocha, Cabral & Filhos Ld^a, como novo sócio

Foi ainda deliberado proceder o aumento de capital social da Rocha Ld^a que era de quinze mil, trezentos oitenta e quatro francos CFA para 4.000.000 FCFA (quatro milhões de Francos CFA) e alterar parcialmente os estatutos nos seus artigos quatro e oitavo, os quais passarão a ter as seguintes redacções:

Artigo 4º.

O capital social é de quatro milhões de francos CFA (4.000.000 FCFA), correspondente a soma das quotas dos sócios que são: António José da Silva Rocha e Juvelina Maria Almeida Cabral Rocha, detem 15% (quinze por cento) do capital social, a cada um a que corresponde uma quota no valor de 600.000 FCFA (seiscentos mil francos CFA) cada, prefazendo um total de um mil-

hão e duzentos mil francos CFA (1.200.000. FCFA) e o Tobissat-Exportação de Medicamentos, Ld^a, a deter 70% (setenta por cento) do capital social, a que corresponde uma quota no valor de 2.800.000 FCFA (dois milhões e oitocentos mil francos CFA), sendo obrigatórias as prestações suplementares de capital, desde que os sócios o deliberem por maioria de votos

Artigo 8º.

A gerência e administração de todos os negócios da sociedade serão exercidas pelos sócios António José da Silva Rocha ou Juvelina Maria de Almeida Cabral Rocha e Tobissat-Exportação de Medicamentos Ld^a, na pessoa dos senhores Manuel Pires Nabais ou Rogério Augusto da Costa Campos Pacheco ou António Martins Moreira.

Declaram os segundos outorgantes na qualidade em que respectivamente figuram, e de acordo com o estabelecido na acta número um de Assembleia Geral dos sócios da Tobissat Exportação de Medicamentos, Ld^a atrás identificada, que aceitam na integra, este acto nos seus precisos termos

Está conforme

Ressalvo as emendas no que diz: a "detarem 15%"
Cartório Notarial em Bissau,
29 de Novembro de 1999.

NÔ PINTCHA

Director
Humberto Monteiro
Chefe de Redacção
Carlos Casimiro

Redacção
Adulai Djaló, Aruna Jamanca, Meta Camará, Agostinho Pereira, Djuldé Djaló, Porfírio Mendonça, Bacar Mané e Rui Gomes

Fotografia
Mário Joaquim Gomes, Manuel da Costa e Pedro Fernandes

Secretaria de Redacção
Ivete Monteiro, Ângela Reis, Aua Camará e Judite Vieira

Edição Electrónica
Anselmo Matche, Mário Óscar, Paulo Sanca, Afonso Imbaná, Roberto Có e Flaviana Malú

Administração
Marcos Dabó, Amâncio Tepam-é, N'Gona Mané e Ansumane Turé

Publicidade
Edmundo Piedade, Graciete Injai, Oina Piky e Simoa Fernandes

Colaboradores
Silfa Silá

CNE divulga resultados globais

Koumba Yalá e Malam Bacai vão a 2ª volta

A publicação dos resultados totais e definitivos das eleições gerais do 28 de Novembro findo que estava prevista para dia 6 do corrente foi adiada para próxima quinta-feira, e isso deve-se ao facto de ter dado entrada na CNE várias reclamações e protestos de quase todos os partidos concorrentes e alguns candidatos presidenciais para efeitos de apreciação.

A decisão foi anunciada durante uma Conferência de Imprensa na qual o Secretário Executivo Adjunto da CNE apresentou dados mais actualizados dos resultados provisórios.

Nesta perspectiva, a CNE convocou ontem, todos os representantes dos partidos políticos unidos de actas síntese dos resultados para confrontação de dados junto à Informática.

Toda via, o Partido de Renovação Social (PRS) de Koumba Yalá continua à frente nas legislativas, com 37 mandatos no parlamento, o que corresponde 36, 63 por cento, seguido da Resistência da Guiné-Bissau (RGB) com 27 mandatos correspondente ao 25, 74%, PAIGC com 25 mandatos, Aliança Democrática (AD) constituída pelo PCD e FD com 5 mandatos, PSD com 3, FDS com

2, UM com 2 e UNDP em último lugar com 1 mandato, totalizando assim 102 deputados.

Nas presidenciais, com 363.319 votos válidos, Koumba Yalá conseguiu assegurar a sua vantagem com 139.738 votos, equivalente a 38,46 por cento do voto contra o seu principal rival Malam Bacai Sanhá, candidato do PAIGC arrebatou 85.086 votos correspondente a 23,42 por cento.

Na terceira posição vem Faustino Fudut Imbali candidato de PUSD Fudut Imbali e AD com 29.668 votos equivalentes a 8,17 por cento.

Portanto, Koumba Yalá e Malam Bacai Sanhá vão disputar a segunda volta de eleições que provavelmente terá lugar na primeira ou segunda quinzena de Janeiro de ano 2000, conforme definirá a Comissão Nacional de Eleições.



Djuldé Djaló



Malam Bacai Sanhá



REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU
 ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
 DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 1999

	SAB	TOMBALI	QUINARA	OIO	BIOMBO	BOL/BIJ	BAFATA	GABU	CACHEU	TOTAL
Malam B. Sanhá	16.981	6.596	7.274	17.181	1.554	2.812	15.536	11.405	5.747	85.086
Salvador Tchongo	843	397	145	1.323	255	187	1.438	1.221	870	6.679
Faustino F. Imbali	7.789	610	261	2.462	562	734	8.180	6.609	2.461	29.668
Joaquim Baldé	782	137	58	499	362	168	1.992	2.871	1.511	8.380
Bubacar R. Djaló	2.203	2.062	488	912	512	137	1.972	2.830	681	11.797
Abubacar Baldé	3.438	1.028	131	1.594	432	216	5.705	6.429	1.002	19.975
José C. Mendes	759	119	88	458	611	134	797	761	1.677	5.404
João Tatis Sá	7.938	358	467	557	11.087	749	752	921	1.055	23.884
Kumba Yalá	46.380	12.280	7.036	33.510	6.208	2.178	7.872	3.052	21.222	139.738
Fernando Gomes	5.579	448	514	1.127	1.756	3.150	1.982	1.106	10.521	26.183
Mamadú U. Baldé	350	46	38	296	149	70	931	1.287	325	3.492
Antonieta R. Gomes	515	175	91	470	120	121	372	597	572	3.033
Votos Válidos	93.557	24.256	16.591	60.389	23.608	10.656	47.529	39.089	47.644	363.319

Análise Mudança no sentido progressivo

O povo da Guiné-Bissau demonstrou civismo no escrutínio do dia 28 de Novembro findo. Embora acabado de sair de uma guerra fractricida, que vitimou milhares de pessoas, a população guineense soube manter-se sereno em todas as Assembleias de Voto, para exercer honestamente o seu direito de cidadania.

Bacar Baldé

Um bom número dos eleitores chegou aos locais de voto por volta das 5 horas de madrugada, aguardando a oportunidade de escolher livremente, através do seu voto, o seu representante legítimo na Assembleia Nacional Popular e o futuro Presidente da República.

Não obstante essa vontade, em muitas Assembleias de Voto, as urnas chegaram tarde. Mesmo assim, as paciências não se esgotaram. As populações votaram. Só que, infelizmente, algumas pessoas residentes nos bairros de Mindará e de Belém intencionalmente ergueram barricadas em plena

Avenida 14 de Novembro, protestando contra as dificuldades da CNE em fazer funcionar devidamente as mesas de voto, nos círculos 26 e 28.

Todavia, em relação às primeiras eleições gerais, realizadas em 1994, este ano, a população do país esteve melhor preparada para a votação, isto sim, em termos de afluência às mesas, condicionado sobretudo pelo espírito de mudança no espectro político do país.

O motivo fundamental dessa vontade reside na má governação do país registada ao longo dos 25 anos de mandatos do PAIGC, baseado no desprezo à pessoa humana, na desvalorização dos quadros técnicos nacionais, na incapacidade de sanear as dificuldades de ordem económica, na precariedade gradual da saúde pública, na degradação constante do nível do ensino, na exploração irracional dos nossos recursos naturais e haliêuticos, e outros, o que consequentemente veio originar o histórico levantamento político-militar de 7 de Junho de 1998, que forçou o deposto presidente Nino Vieira a solicitar a presença, pela primeira vez na Guiné-Bissau, de tropas expedicionárias do Senegal e da Guiné-Conacri, respon-



• Pessoas na bicha aguardando o momento da votação

sáveis por vários massacres e torturas físicas ao nosso valente povo.

Aliás, mesmo dentro das estruturas do PAIGC "renovado", hoje a palavra dominante é mudança.

É verdade que o "vento da mudança" está soprando e, desta vez, parece estar direccionado para os anseios dos guineenses. Se há 25 anos, o povo da Guiné-Bissau viveu debaixo de sacrifícios, hoje, e mais do que nunca, ele está determinado em ver resolvido os seus problemas vitais, concernentes sobretudo a alimentação, a habitação, a saúde, a educação e a segurança social.

Ao que consta, no dia 28 de Novembro o povo guineense fez a jus-

tiça através do seu voto, como consta no próprio lema da Comissão Nacional de Eleições: "o voto faz o país, o voto faz a democracia, um eleitor um voto".

Mas, não basta apenas a mudança das figuras políticas e dos Governos na condução dos destinos do país. Por isso, para os guineenses, a vitória na mudança é aquela que irá corresponder progresso no sentido positivo do termo, sob o arbitrio do Presidente da República. E esta vitória, hoje alcançada nas urnas, deve ser consolidada com o empenho decisivo de todos nós, com base na Reconciliação Nacional, Justiça, Paz e Democracia.

Em conferência de imprensa Tatis Sá denuncia

“RTP e RDP têm estado a promover imagem de um candidato que não tem perfil para governar”

O candidato independente derrotado à presidência da República, João Tatis Sá denunciou em conferência de imprensa, realizada no passado dia 6 do corrente, na sua Sede em Bissau, que vários órgãos de comunicação social, entre os quais a RTP África e RDP África de estarem a fazer campanha eleitoral para um candidato, que não denominou, que não tem perfil para estar a testa deste país, exibindo imagem do candidato e influenciando o eleitorado.

“Estou aqui não para dizer qualquer mal que seja, mas sim pretendo que todas as pessoas envolvidas no acto eleitoral, incluindo os observadores internacionais, assumam a sua responsabilidade”, sublinhou João Tatis Sá.

De acordo com este candidato, durante a campanha eleitoral até ao escrutínio registaram-se muitas anomalias que perturbaram a situação eleitoral, dentre as quais situações de fraude, mas que a Comunidade Internacional afirmou precipitadamente que o

processo correu de forma justa e transparente.

“Mediante isso, não podemos acusar ninguém, mas que no acto de contagem de votos houve fraudes porque os primeiros e segundos dados provisórios fornecidos pela CNE não correspondem minimamente a realidade”, disse João Tatis Sá que manifestou de seguida a sua discordância nos resultados publicados pela CNE, relativamente a sua pessoa.

Citou alguns exemplos do Sector Autónomo de Bissau e da região de Biombo em que, de acordo com as actas que dispõe, foi penalizado progressivamente



• João Tatis Sá

pela CNE durante a publicação dos resultados provisórios.

Nesta perspectiva, disse que já entregaram uma nota de reclamação, solicitando a concessão da disquete que contém os dados para efeitos de confrontação com os dados que ele dispõe. Adiantou que vai continuar a reivindicar pela justiça no processo até que haja solução do caso.

Indignado com a forma como a CNE está promover a contagem dos votos, o candidato disse que veio para intervir neste processo eleitoral da Guiné-Bissau, porque achou que há toda uma necessidade de

introduzir uma alteração no sistema político do país, isto para contribuir para a consolidação do processo democrático.

Apesar da sua derrota, o candidato disse que não vai abandonar o projecto e que continuará firme e determinante lutando para uma Guiné melhor. Disse estar convicto de que embora o seu projecto não passou nesta primeira batalha, mas que nos próximos cinco anos passará com toda a firmeza.

Finalizou apelando os seus apoiantes e simpatizantes a manterem calma e aguardar os resultados da CNE.

Rui Gomes

Resultados globais das legislaivas

A Comissão Nacional de Eleições divulgou segunda-feira última, através do seu Secretário Executivo adjunto, Filomeno Lobo de Pina, os resultados globais das eleições presidenciais e legislativas de 28 de Novembro passado.

PARTIDO	MANDATOS
UM	2
FCG-SD	0
LIPE	0
PUSD	0
FDS	2
AD (PCD-FD)	5
RGB	27
PAIGC	25
PSD	3
UNDP	1
FLING	0
PRP	0
PRS	37
TOTAL	102



REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU
 ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
 DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA

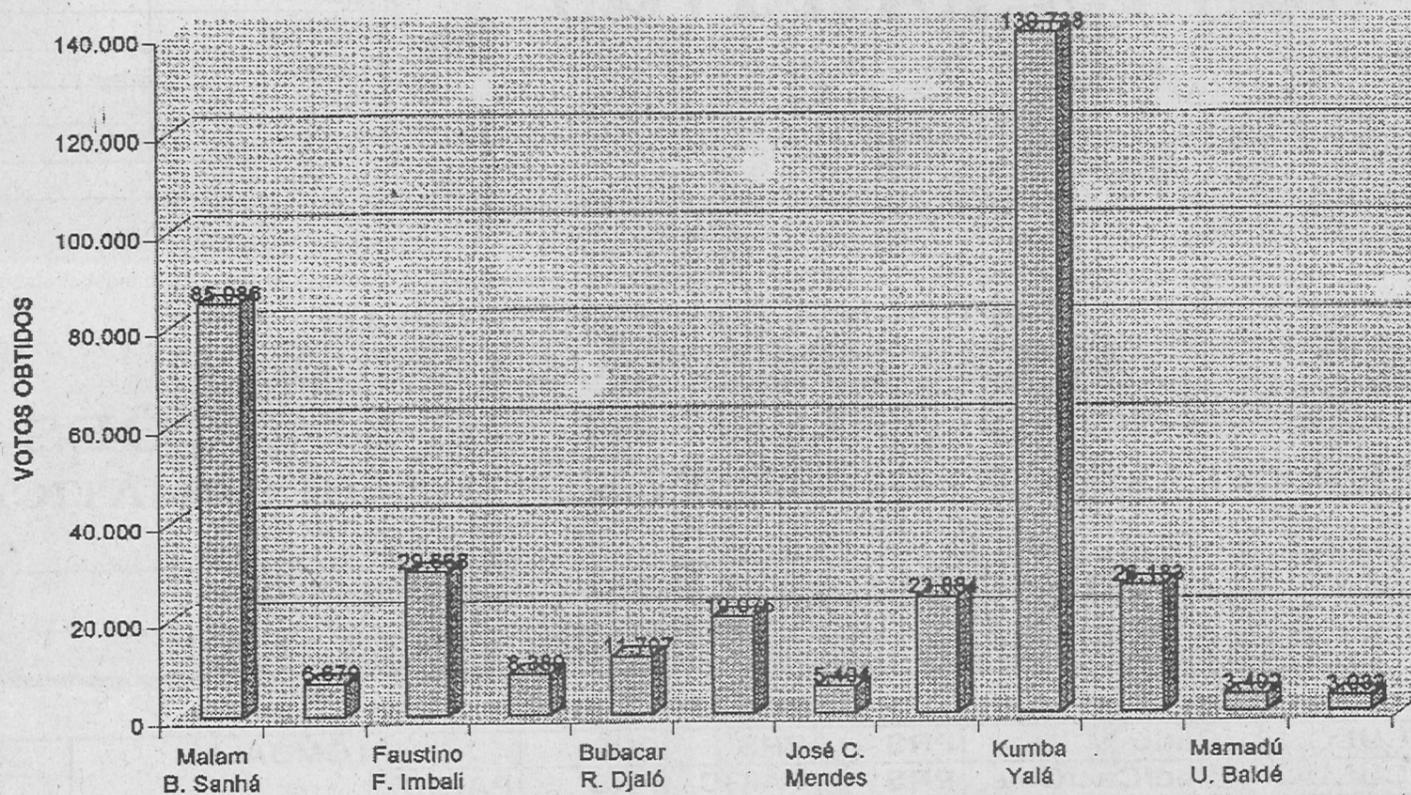
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 1999

MANDATOS								
CIRCULO 1	Catió	PRS	PRS	PRS	TOMBALI		3	
CIRCULO 2	Bed/Cac/Que	PRS	PAIGC	PRS	PAIGC		4	
CIRCULO 3	Bub/Empada	PAIGC	PAIGC	PRS	QUÍNARA		3	
CIRCULO 4	Fulac/Tite	PRS	PRS	PAIGC			3	
CIRCULO 5	Bissorã	PRS	PRS	PRS	PRS	PRS	5	
CIRCULO 6	Farim	PAIGC	UM	RGB	PRS		4	
CIRCULO 7	Mansabá	PAIGC	PAIGC	PRS	OIO		3	
CIRCULO 8	Mansoa/Nhac	PRS	PRS	PRS	PRS		4	
CIRCULO 9	Quinhamel	FDS	UM	RGB	BIOMBO		3	
CIRCULO 10	Safim/Prábis	PRS	RGB	PRS			3	
CIRCULO 11	Bolama/Bijag.	PAIGC	RGB	PRS	BOLAMA		3	
CIRCULO 12	Bafatá/Galom.	PAIGC	RGB	PRS	PAIGC	AD RGB	6	
CIRCULO 13	Bamb/Xitole	PRS	PAIGC	RGB	BAFATA		3	
CIRCULO 14	Contub/Gã-Ma.	PAIGC	AD	PAIGC	RGB	AD	5	
CIRCULO 15	Boé/Piche	PSD	PAIGC	RGB	AD		4	
CIRCULO 16	Gabu	RGB	PAIGC	RGB	PAIGC	GABU		4
CIRCULO 17	Pirada	RGB	AD	PAIGC			3	
CIRCULO 18	Sonaco	RGB	PAIGC	UNDP			3	
CIRCULO 19	Bigene/Bula	PRS	PRS	PRS	PAIGC	PRS	5	
CIRCULO 20	Caió/Canch.	RGB	PRS	PAIGC	PSD	FDS	5	
CIRCULO 21	Cacheu/S.D.	PRS	RGB	PSD	PAIGC	CACHEU		4
CIRCULO 22	Seneg/Gamb	PAIGC			AFRICA		1	
CIRCULO 23	Port/Fra/Belg.	RGB			EUROPA		1	
CIRCULO 24	Bissau	RGB	RGB	PRS			3	
CIRCULO 25	Bissau	PRS	PRS	RGB	PRS		4	
CIRCULO 26	Bissau	RGB	RGB	RGB	BISSAU		3	
CIRCULO 27	Bissau	RGB	PRS	RGB	PAIGC		4	
CIRCULO 28	Bissau	RGB	RGB	PRS			3	
CIRCULO 29	Bissau	PRS	PAIGC	RGB			3	
TOTAL							102	

Gráficos das eleições presidenciais

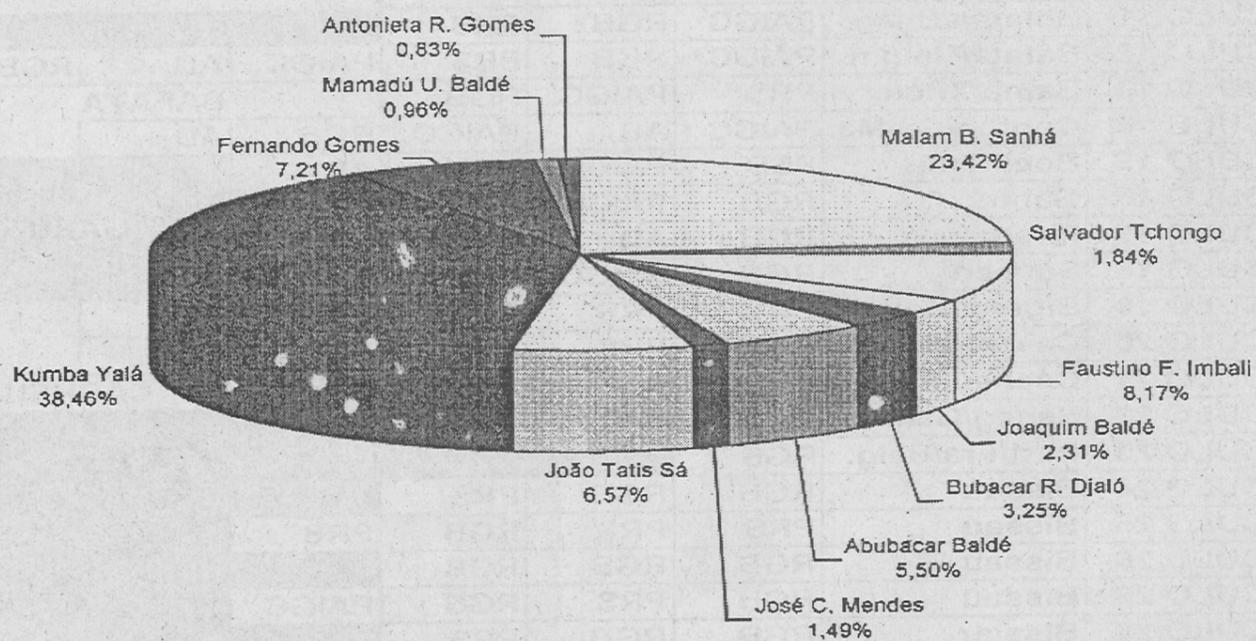
05/12/99
13:52

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 1999



05/12/99
13:52

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 1999



Malam B. Sanhá
 Salvador Tchongo
 Faustino F. Imballi
 Joaquim Baldé
 Bubacar R. Djaló
 Abubacar Baldé
 José C. Mendes
 João Tatis Sá
 Kumba Yalá
 Fernando Gomes
 Mamadú U. Baldé
 Antonieta R. Gomes



LINHAS GERAIS DO PROGRAMA DE CANDIDATURA AOS ORGÃOS SOCIAIS DA ORDEM DOS ADVOGADOS

CANDIDATO A BASTONÁRIO
Carlos Pinto Pereira
Advogado
Inscrição OAGB n.º 001

PROGRAMA

ÍNDICE

1. A Ordem, Atribuições e Nova Estrutura
O Bastonário
O Conselho Superior
Nova Sede
2. A Ordem e o Estado de Direito
Comissão de Direitos e Liberdades
Comissão de Legislação
Gabinete de Queixa
3. A Ordem e o Exercício da Advogacia
Nomeações Oficiosas e a sua Remuneração pelo Estado
Tabelas Orientativas
Traje Profissional
Sociedades de Advogados. Apoios à sua Criação
Procuradoria Ilícita
4. A Ordem e o Estágio
Os Patronos Formadores
A Remuneração do Estágio
A Escola do Advogado e dos Solicitadores
Avaliação do Estágio
5. A Ordem e a Relação com outras Profissões Jurídicas
6. A Ordem e as Relações Externas
A Criação do Conselho de Presidentes de Ordens da CPLP
As Ordens ou Associações Sub-Regionais
A Carta e a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
7. A Ordem, o Fisco e a Segurança Social
Revisão das Tabelas do Imposto Profissional
Adopção de Recibos Apropriados
Criação da Caixa de Previdência dos Advogados
Os Descontos da Advogacia Popular
Negociação de Planos de Poupança Reforma
8. A Ordem, a Arbitragem e a Mediação
Criação do Centro de Arbitragens Voluntárias
9. A Ordem e a Divulgação do Direito
A Semana do Advogado
A Revista da Ordem

A ORDEM, ATRIBUIÇÕES E NOVA ESTRUTURA

Defender o Estado de Direito e os direitos e garantias individuais, colaborar na Administração da Justiça, zelar pela Função Social, pela Dignidade e o Prestígio da Profissão de Advogado, são, de entre outras, das mais importantes e nobres atribuições da Ordem dos Advogados. É necessário assegurar que elas se concretizem, e todos estamos conscientes do papel que nos é reservado e que a sociedade espera seja cumprido pelos Advogados.

Para atingir os objectivos fixados é necessário reforçar a coesão entre os Membros da Ordem. Por isso, propomo-nos adequar a actual estrutura às necessidades de uma Ordem forte, coesa, participada e responsável, adoptando as alterações estatutárias propostas pela actu-

al Direcção, que, concentrando no Bastonário a coordenação das actividades da Ordem, assegura maior eficácia às suas acções.

Para além disso, e por forma a evitar o divórcio que se tem vindo a verificar entre os ex-Bastonários e Presidentes de Direcção e a Ordem, por um lado, e aproveitar a experiência pelos mesmos adquirida no desempenho das suas funções, proporemos a criação de um Conselho Superior, a ser integrado por todos aqueles Ilustres Colegas.

Será um Órgão Consultivo, de apoio ao Bastonário, a cujos Membros poderão contudo ser delegadas funções de coordenação das diferentes Comissões ou Gabinetes a criar para o estudo ou o tratamento de determinadas matérias de interesse para a sociedade guineense e para a Ordem.

Prioridade das prioridades será conferida à procura de uma nova Sede, capaz de albergar os diferentes serviços da Ordem, e com maior dignidade, que sirva inclusivamente para a organização de um espaço de convívio entre os Membros da Ordem.

A ORDEM E O ESTADO DE DIREITO

Inúmeros problemas têm vindo a entravar o normal funcionamento dos Tribunais e o adequado exercício da profissão. Questões relativas às verbas consagradas ao Ministério da Justiça e aos Tribunais, a falta ou a irregular publicação das leis, a deficiente preparação dos projectos de diploma, a adopção de Convenções Internacionais revogatórias de leis internas, sem o conhecimento da comunidade jurídica nacional, o atraso na apreciação e decisão dos processos, o desrespeito sistemático pelos prazos peremptórios da lei, são, de entre outras, questões que têm que ser definitivamente resolvidas para que possamos construir o Estado de Direito que todos almejamos.

Há práticas e comportamentos de responsáveis e dirigentes que têm que ser banidos da nossa sociedade, por serem práticas e comportamentos em si mesmos violadores do primado da lei. Usar e abusar de Despachos para impedir a aplicação da Lei é uma prática em si mesmo "criminoso", que ofende directamente princípios fundamentais do Estado de Direito.

A Ordem intervirá em todas estas situações, assumindo, se necessário, as funções de Provedor dos Cidadãos, porquanto sem que sejam asseguradas as garantias individuais, não há Justiça nem Estado de Direito.

A Ordem lutará por uma maior dignificação da função, pugnando para que à Defesa dos Cidadãos seja conferido um Estatuto em tudo idêntico ao que hoje é atribuído à Acusação, porquanto acusação e defesa são duas faces da mesma moeda, nada permitindo que a uma delas seja atribuído um Estatuto superior.

Para a prossecução de todos estes objectivos, a Direcção proporá, de imediato, a criação das seguintes Comissões Permanentes: Comissão de Direitos e Liberdades, Comissão de Legislação e Gabinete de Queixas.

A Comissão de Direitos e Liberdades funcionará como um Observatório de Direitos Humanos, coordenando a sua acção com todas as estruturas da sociedade civil que se preocupam e que actuam nesses domínios.

A Comissão de Legislação emitirá pareceres sobre todos os projectos de lei que sejam submetidos à sua apreciação, velando pela necessária clareza e simplici-



De esquerda para direita Dr. Armando Mango, Dr. Abdú Mané, Dra. Adelaide D'Almeida, Dr. Alfredo Nunes e Dr. Carlos Pinto Pereira

dade da lei.

O Gabinete de Queixas registará e apreciará todas as participações ou queixas dirigidas contra Membros da Ordem ou contra as Entidades Públicas, tomando decisões ou proferindo Recomendações tendo em vista a salvaguarda dos direitos do cidadão.

Todas estas Comissões terão poder de iniciativa, não se limitando à simples apreciação do que lhes fôr solicitado.

A ORDEM E O EXERCÍCIO DA ADVOGACIA

A Ordem podia fazer mais pelos Advogados, e servindo a Advogacia, servir a Justiça.

Assim, para além de lutarmos para melhor colocar a Ordem ao serviço dos Advogados, lutaremos, nomeadamente, contra as diferentes formas de procuradoria ilícita, pela moralização dos critérios de fixação de honorários, adoptando tabelas orientativas, pelo reconhecimento da autoridade do Advogado para actos que tenham natureza meramente administrativa, pela dignificação das intervenções oficiosas.

Começando por este último ponto, a Ordem exigirá que o Estado remunere as nomeações oficiosas, em nome do direito que a todos assiste de serem apoiados por profissionais do foro. Tratando-se de uma função social, é ao Estado e à sociedade, no seu todo, que deve caber a responsabilidade pela sua realização, de forma condigna, por forma a garantir aos cidadãos mais desmunidos uma defesa efectiva e de qualidade.

A Ordem assegurará a participação de todos os seus Membros na realização de defesas oficiosas, através da organização de Listas de Turno, e lutará para garantir aos mesmos uma remuneração condigna, a suportar pelo Estado. Os Advogados não podem ser os únicos a suportar com a realização desta importante função social.

O Arquitecto que projecta a construção de um Bairro Social, ou o Engenheiro que executa a obra, não deixam de receber os respectivos honorários pelo facto de o Bairro a construir ser social.

A Ordem negociará apoios para a Criação de Escritórios de Advogados, sejam eles recém licenciados ou Membros mais antigos da Ordem. No quadro do projecto Emprego Jovem, do Ministério da Economia e Finanças, podem ser montadas linhas de crédito para esse efeito. Junto à Banca também é possível montar idênticas linhas, assumindo a Ordem e os demais Colegas o nível de solidariedade que cada situação exigir.

Importa dignificar o exercício da profissão e credibilizar o Advogado, assim como criar condições para a que cada vez mais haja dedicação exclusiva à profissão.

Com caracter de urgência, a Ordem exigirá da Administração a atribuição de uma Sala reservada aos Advogados, junto às Varas Civil e Criminal do Tribunal Judicial de Bissau.

LINHAS GERAIS DO PROGRAMA DE CANDIDATURA AOS ORGÃOS SOCIAIS DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Nesta fase, a transmissão de experiência e de "know how" dos mais velhos para os jovens pretendentes é fundamental para a sua rápida e adequada inserção nas lides forenses.

Os promotores desta lista inscreveram esta questão na sua agenda de prioridades, razão pela qual as actuais regras orientadoras serão revistas, especialmente no sentido de uma maior responsabilização dos Patronos Formadores.

Outro aspecto fundamental do problema prende-se com a remuneração do estágio, tendo em vista dois objectivos cruciais: assegurar meios mínimos de subsistência aos jovens recém-chegados que lhes permita uma maior concentração na aprendizagem do que lhes é transmitido, e aumentar o grau de exigência na avaliação do estágio.

Finalmente, e como propósito de médio prazo, a Ordem estabelecerá desde já os contactos e as negociações que conduzam à criação da Escola do Advogado e do Solicitador, grau mais avançado de organização e preparação dos futuros Advogados.

A ORDEM E A RELAÇÃO COM OUTRAS PROFISSÕES JURÍDICAS

A ordem manterá um trato privilegiado com as Magistraturas, Judicial e do Ministério Público, com os Notários, Conservadores e funcionários de Justiça.

Promoverá encontros periódicos com as associações representativas destas profissões com o objectivo de as aproximar e criar parcerias estratégicas entre intervenientes num trabalho que nos é comum, para lançarmos ou tomarmos parte activa numa Reforma da Justiça que se impõe e que é reclamada por toda a sociedade.

A ORDEM E AS RELAÇÕES EXTERNAS

Para além das responsabilidades que cabem ao Bastonário nas acções de representação externa da Ordem, será criado um Gabinete de Relações Internacionais no qual participarão todos os Colegas que se mostrarem disponíveis para representar a Ordem nos diferentes eventos internacionais.

De entre outras, este Gabinete terá responsabilidades na organização da Semana do Advogado e no apoio a todas as iniciativas que importem a participação de Colegas da CPLP ou de outros países.

A Ordem apoiará o Projecto de criação do Conselho de Presidentes de Ordens da CPLP, assim como a adesão e a participação activa da Ordem em associações sub-regionais, regionais ou internacionais de Advogados.

A Ordem prestará particular atenção aos trabalhos da Comissão Africana para os Direitos Humanos e dos Povos,

com sede em Banjul, tudo fazendo para que o compromisso subjacente na Carta Africana seja uma realidade no nosso país e em África.

A ORDEM, O FISCO E A SEGURANÇA SOCIAL

Uma Ordem que se preze tem que impôr aos seus Membros o cumprimento das respectivas obrigações fiscais, porque delas decorre a satisfação das nossas necessidades colectivas, de todos, incluindo os Advogados. Queremos, pois, uma relação transparente e correcta, que nos dê forças para exigirmos os nossos direitos.

Para o efeito, e porque é nosso entender que as elevadas taxas do imposto propiciam a fuga, proporemos ao Governo a revisão das respectivas tabelas, confiantes que o pragmatismo aconselhará os governantes a optarem pela solução que melhor reconciliará os profissionais liberais e o fisco.

Faremos aprovar um modelo para os recibos que serão obrigatoriamente passados aos Clientes, e que permitirá uma justa liquidação dos impostos devidos.

Mas se é nossa preocupação "formalizar" o exercício da nossa profissão, não descuraremos de uma questão de transcendental importância para os Advogados e para a Ordem, a saber: a necessidade urgente de criarmos uma Caixa de Previdência.

Os Advogados, assim como a generalidade dos profissionais liberais deste país, não beneficiam de qualquer tipo de assistência na doença ou na velhice. Se por um infeliz acidente sofrermos qualquer tipo de lesão, ninguém nos acode. Ficamos à nossa sorte, à mercê de esmolas ou da caridade de familiares ou amigos.

Será possível construirmos uma classe forte sem a resolução desta importante questão?

Será possível pedirmos aos nossos Colegas dedicação exclusiva? É por demais evidente que a maioria dos Colegas que hoje se sujeitam aos salários de fome da função pública, procuram apenas uma protecção para a sua velhice, o que é justo.

Temos que gerar no nosso seio um forte movimento de solidariedade e entreaajuda que nos dê a segurança que merecemos, para nós e para os nossos familiares.

Iremos negociar com o Governo a constituição de uma Reserva inicial destinada a este fim, reclamando os descontos que muitos de nós fizemos no quadro da então Advocacia Popular ou outros direitos que tenhamos adquirido no quadro do exercício da profissão, tais como os resultantes de um patrocínio officioso sem remuneração ou com remuneração de miséria.

Para além da criação da Caixa, cujo regime constituirá a base mínima de apoio aos Advogados, negociaremos com os Seguros a constituição de regimes complementares de

segurança social, do tipo Plano Poupança Reforma, ao qual poderão aderir, de forma facultativa, todos os Advogados interessados.

A ORDEM, A ARBITRAGEM E A MEDIAÇÃO

Julgamos que se faz sentir com grande acuidade a necessidade de criação de um Centro de Arbitragens Voluntárias, que colabore na composição de litígios de natureza comercial.

A vida económica actual não se compadece com a rigidez e a demora na decisão dos processos que se verificam nos Tribunais. Não é um problema guineense, mas talvez seja um problema agravado na Guiné-Bissau, pela falta de apoio que a Justiça tem sentido, votado que está a parente pobre do sistema.

A Ordem tudo fará para, no médio prazo, oferecer mais este contributo para o desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau.

A ORDEM E A DIVULGAÇÃO DO DIREITO

Retomar a celebração da Semana do Advogado como espaço de convívio e de confraternização, mas fundamentalmente como um estímulo ao estudo e à reflexão sobre questões importantes que se colocam à Ordem Jurídica Guineense, e de acompanhamento dos avanços da Ciência do Direito e do Pensamento Jurídico no Mundo, e

Trabalhar no sentido de criar e fazer perdurar a Revista da Ordem dos Advogados guineenses, com o objectivo de divulgar estudos nacionais na área do direito, jurisprudência e estudos ou outras contribuições de Colegas estrangeiros, são preocupações dominantes nesta matéria.

CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, apenas duas palavras: a presente proposta é um documento aberto à contribuição de todos os Colegas, a todo o tempo, visando, sobretudo, sistematizar idéias e fixar metas, que permita a todos uma correcta e objectiva avaliação final do mandato. Contamos com o firme apoio e adesão de todos, para criarmos

UMA ORDEM AO SERVIÇO DO ADVOGADO E DO CIDADÃO
UMA ORDEM DE TODOS OS ADVOGADOS
UM BASTONÁRIO AO SERVIÇO DA ORDEM

Bissau, 28 de Outubro de 1999

LISTA PARA OS ORGÃOS SOCIAIS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DA GUINÉ-BISSAU

DIRECÇÃO

- Dr. Carlos Pinto Pereira - Bastonário
- Dr. Abdú Mané - Vice-Presidente
- Dr. Humiliano Cardoso - Vice-Presidente
- Dr. Armando Mango - Vice-Presidente
- Dra. Adelaide Almeida
- Dr. Domingos Quadé
- Dr. Luís Silva

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Dr. Alfredo Nunes - Presidente
- Dr. Júlio Alves - Vice Presidente
- Dr. Carlos Vaz - Secretário

CONSELHO FISCAL

- Dr. Vicente Fernandes - Presidente
- Dr. Certório Biote - Vice-Presidente

CONSELHO DE DISCIPLINA

- Dr. Armindo Sequeira - Presidente
- Dr. Osório Furtado - Vice-Presidente

CONSELHO SUPERIOR

Todos os Ex-Bastonários e Presidentes de Direcção

MANDATÁRIOS NACIONAIS

- Dr. Armando Mango
- Dr. Domingos Quadé



De esquerda para direita Dr Domingos Quadé, Dr Abdú Mané, Dr. Armando Mango, Dr. Armindo Sequeira, Dra. Adelaide Almeida, Dr. Carlos Pinto Pereira e Dr. Alfredo Nunes

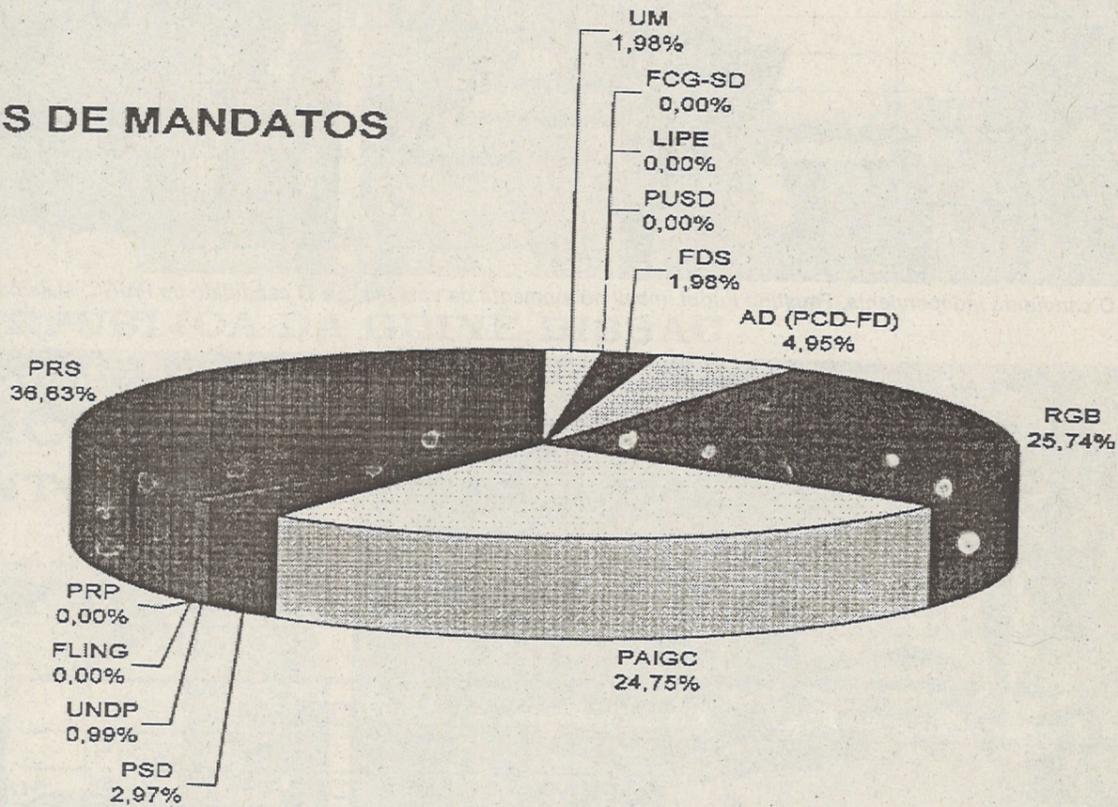
Gráficos das eleições legislativas

05/12/99
14:11

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 1999

DISTRIBUIÇÕES DE MANDATOS

- UM
- FCG-SD
- LIPE
- PUSD
- FDS
- AD (PCD-FD)
- RGB
- PAIGC
- PSD
- UNDP
- FLING
- PRP
- PRS

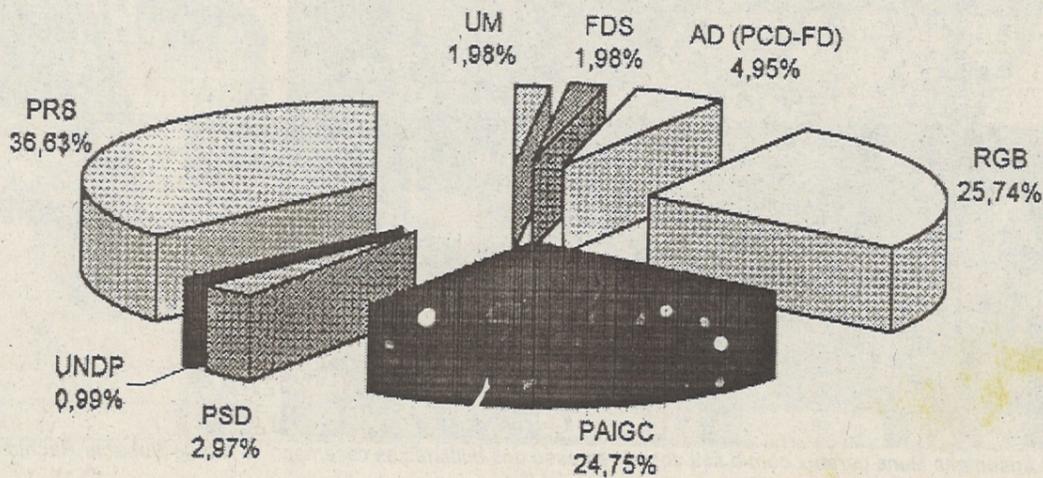


05/12/99
13:52

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 1999

DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS

- UM
- FDS
- AD (PCD-FD)
- RGB
- PAIGC
- PSD
- UNDP
- PRS



Figuras políticas no acto da votação



● O candidato independente, Faustino Fudut Imball no momento da votação



● O candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanhá, frente as urnas



● Fernando Gomes reconhece derrota, mas vai continuar na política



● Francisco Fadul no acto do voto. Missão cumprida



● Ansumane Mané garante com o seu voto o regresso dos militares as casernas



● Aladje Bubacar Rachid Djaló deposita o seu voto

Insuficiência de viaturas atrasa a votação

Populares da capital revoltosos

Na sede da Comissão Nacional de Eleições chegaram várias queixas, umas relacionadas com o não envio das urnas na hora marcada e outras relacionadas com o fecho das Assembleias de Votos às 17 horas.



● Sinal de protesto dos populares devido ao atraso da chegada das urnas

Facto consumado de que em muitos locais de voto, indicados pela CNE, as urnas chegaram muito tarde, com razões justificadas de insuficiência de meios logísticos, nomeadamente viaturas. Em muitos bairros da capital, as urnas chegaram com atraso de 2 à 8 horas. Por exemplo, este facto se constatou nos bairros de Santa Luzia, Calequir, Sintra-Nema, Mindará, Belém e outros.

Segundo a CNE, é que devia-se ceder cerca de 36 viaturas, mas apenas foram disponibilizados 16 carros que claro eram insuficientes para levar as urnas na hora indicada para todos os locais de voto.

Este atraso trouxe outros condicionalismos. Muitas Assembleias de Voto fecharam logo às 17 horas deixando muitos cidadãos na bicha sem possibilidades de exercerem o seu direito cívico. Deste modo, muitas pessoas foram-se embora e quando se anunciou pela Rádio que é necessário prolongar o

escrutínio até às 19 horas, as pessoas que tinham saído das fileiras já não tinham possibilidades de exercer o seu direito cívico, porque foram impedidos pelos presidentes das mesas, que os acusaram de não estarem no local.

O atraso das urnas provocou enorme escândalo popular, por exemplo, no Bairro Mindará. Por volta das 11 horas e 19 minutos, mais de 700 eleitores perderam a paciência de aguardar a possibilidade de votar no círculo-26, distrito-22, mesas-36 e 37. Nessa altura ergueu-se barricada na plena avenida 14 de Novembro, frente à feira "unhi bunda", impedindo a passagem do ministro da Administração Interna Caetano N'Tchama, quem se deu a queixa de que alguém da CNE veio com as urnas, mas que regressou com elas e nunca mais voltou.

Um polícia que esteve no local resolveu intervir com pistola, mas que a população conseguiu roubá-la dando-lhe pan-

cada bem cheia.

Igualmente no bairro Belém, situação idêntica se constatou por volta das 15 horas, quando os jovens desse bairro ergueram barricadas na avenida 14 de Novembro queimando pneus de carro para impedir circulação de viaturas. Para este caso, foi necessário a intervenção do comandante Bitchofla Na Fafé que conseguiu fazer os populares de que as urnas já estão no local.

A confusão se instalou na capital, porque o condutor que distribuía as urnas entendeu levá-las primeiro para os locais mais distantes da cidade e só depois chegaria aos locais mais próximos.

Ainda em relação à Bissau, no Bairro Militar constatou-se que mais de 30 eleitores andavam de um lado para o outro sem possibilidades de votar. É que eles tinham cartões na mão, mas que os nomes não constavam nas listas. Ali suspeita-se que houve fraude no acto do recensea-

mento eleitoral realizado até 30 de Setembro último. Aliás, na sede da CNE chegaram muitas pessoas protestando de que foram impedidos o acesso às urnas, queixando ora a não correspondência dos seus números, ora alteração dos nomes, etc. Enfim, houve um bom número de eleitores que não votou.

A chegada tardia das urnas nas Assembleias de Voto constatou-se não só em Bissau, mas também nas regiões de Tombali, Bolama-Bijagós, Cacheu, Bafatá e Quínara, o que obrigou a CNE decidir que os eleitores impossibilitados no dia 28 votem no dia 29 de Novembro.

Na região de Tombali, concretamente nos arredores de Catio os eleitores boicotaram duas Assembleias de Voto, alegando que são instaladas longe das suas tabancas.

Em relação as manobras, o partido da Resistência da Guiné-Bissau (RGB) denunciou um caso. O líder da RGB, Helder Vaz, disse que na cidade de

Gabú, constatou-se que Aladje Caramoco Djaló negociava uma bicicleta para cinco cartões. Este facto, segundo Higinio Cardoso, presidente da CNE, não se trata-se de uma fraude eleitoral, mas é uma questão que comissão irá ter em conta.

Também na cidade de Bissau, militantes de PAIGC andavam comprar o elitorado por 5, 10, 15 e 25 mil francos CFA, sobretudo as pessoas que se cansaram de estar nas bichas e aqueles que manifestavam votar contra o PAIGC.

O factor de ordem logístico dificultou imensamente os trabalhos da CNE, que claro, devia estar preparado pelo menos, dois dias de antecedência para melhor organizar o escrutínio do dia 28 de Novembro.

A falta de boa sintonia entre a CNE e as Nações Unidas, até de autonomia financeira, servirá de uma boa lição à próxima Comissão Nacional de Eleições.

Bacar Baldé

Eleições gerais

Koumba Yalá, o grande vencedor

O Partido da Renovação Social (PRS) e o seu candidato saíram vencedores das eleições gerais de 28 de Novembro findo, realizadas no país, mas o líder do PRS terá que disputar a segunda volta com Malam Bacai Sanhá do PAIGC. Koumba Yalá havia anunciado a sua vitória, durante uma conferência de imprensa realizada, dia 2 de Dezembro, na sua sede nacional de campanha, situada na Avenida 14 de Novembro, no Bairro de Belém, baseando-se nos resultados de 16 dos 29 círculos eleitorais existentes que davam uma larga vantagem ao seu partido e a ele próprio, só que os resultados globais do dia desfizeram o seu sonho

A contagem feita, pelos representantes do PRS nas mesas de voto, ditam o seguinte: Presidenciais - Koumba Yalá obteve 104.258 votos e Malam Bacai Sanhá 41.832.

Legislativas - PRS está a frente com 67.236, seguido da RGB com 39.069 e PAIGC 29.982 votos.

Koumba Yalá considerou este resultado muito vantajoso para o seu partido e ele, sublinhando que os resultados que virão dos restantes círculos, não comprometerão a sua vitória e do seu partido.

O PRS não retira a confiança à CNE, mas está de olhos abertos dia e noite em todo o território nacional para acatar resultados em todas as mesas de voto, sublinhou o líder do PRS, alertando de seguida a comunidade nacional e internacional que qualquer tentativa de manipulação dos resultados será uma catástrofe nacional já mais visto no mundo. Disse que desta vez não admitirá acontecer aquilo

que aconteceu em 1994, aquando das primeiras eleições multipartidárias, onde o PRS e o seu candidato foram os grandes vencedores, mas cujo, resultados foram manipulados pelo PAIGC e o seu candidato. Adiantou que qualquer resultado eleitoral é a vontade expressa do povo, pelo que não pode e nem deve ser manipulado, sublinhando que desta vez, as manobras do PAIGC não terão lugar.

Questionado sobre a possibilidade de governar em coligação, o número um de PRS disse que o seu partido está aberto para convidar todas as formações políticas, sociedade civil e organizações religiosas, excepto na selecção das pastas governamentais. Disse que nunca assinou acordo eleitoral com qualquer partido político.

Quanto ao futuro primeiro ministro, Koumba Yalá recusou-se avançar com qualquer nome, limitando-se a dizer que qualquer dirigente do PRS pode ser primeiro ministro.



• Koumba Yalá falando no último dia da campanha eleitoral

Entretanto, a CNE já reagiu as declarações do líder do PRS, na voz do seu Secretário Executivo adjunto, Filomeno Lobo de Pina, deixando bem claro que a CNE é o único órgão competente mandado para pronunciar sobre os resultados eleitorais. Pelo que cada partido ou candidato pode declarar como se entender, mas que os resultados anunciados pela CNE que são os verdadeiros resultados do escrutínio.

Enquanto isso, o PAIGC tam-

bém vem surgindo num comunicado de imprensa denunciando uma fraude generalizada nos sectores de Biombo, no Circulo Eleitoral-9.

Segundo o representante do PAIGC na CRE de Biombo, Tomane Mané, os eleitores deste circulo foram os portadores de incaditivo de voto de candidato João Tatis Sá e de bandeirinhas de FDS, RGB, PRS e PSD.

O representante do PAIGC na CRE de Biombo exige a anulação do escrutínio neste circulo e apela

o seu partido e candidato a não aceitarem os resultados desta região, caso não forem atendidas as denúncias já feita.

Do seu lado também, a RGB num comunicado distribuído à imprensa, reagiu essa denuncia do PAIGC e disse que este partido perdeu as eleições e tenta agora distabilizar o país.

A RGB disse que o PAIGC tem estado a proclamar resultados imaginados que nunca correspondem a realidade de voto. Adianta que o PAIGC é agora a terceira formação política com expressão insignificativa na sociedade. Face ao que considera de plano macabro de PAIGC que visa invalidar as eleições, a RGB chama atenção a Comunidade Internacional para as possíveis consequências e responsabiliza a CNE pelo que vier acontecer no país, uma vez que só verificam inexplicavelmente atraso na divulgação dos resultados definitivos até então das eleições.

Djuldé Djaló

Representante do secretário Executivo da CPLP

“Civismo, transparência e honestidade nortearam as eleições”

“Considerarmos que as eleições presidenciais (primeira volta) e legislativas de 28 de Novembro, apesar da abertura tardia duma boa parte das Assembleias de Voto, devido à problemas logísticos, atraso na distribuição de materiais e boletins de voto, desenrolaram-se em conformidade com a lei eleitoral guineense num clima de civismo, tranquilidade, serenidade, transparência e honestidade,” reconheceu o representante de Secretário-Executivo da CPLP, numa conferência de imprensa realizada dia 29 de Novembro findo, na sala ds reuniões do Hotel 24 de Setembro, em Bissau.

N a ocasião, Gabriel da Costa reconheceu o apoio que os observadores receberam das partes envolvidas no processo, tendo salientado que seguiram todo o processo eleitoral e visitaram várias Assembleias de Voto, na capital e interior do país.

Mais adiante, o chefe do grupo da CLPLP nas eleições guineenses lembrou que os observadores mantiveram encontros com todas as instituições envolvidas na preparação do processo eleitoral, receberam apoio documental e pedagógico sob a coordenação do UNOBIS e do Secretariado da Assistência Eleitoral das Nações Unidas.

O chefe da delegação da CPLP nas eleições guineenses elogiou o comportamento democrático e de civismo dos partidos políticos e dos candidatos presidenciais que, no seu entender contribuiu para o êxito da boa realização da consulta eleitoral, e dos membros da mesa de voto e dos representantes dos partidos políticos pelo facto destes últimos terem demonstrado um grande sentido de responsabilidade no desempenho das suas missões.

Em suma, de acordo com as afirmações do nosso interlocutor, a actuação das autoridades públicas contribuiu para o êxito do escrutínio de 28 de Novembro de 1999.

Por seu turno, o representante do secretário-geral das Nações Unidas manifestou a sua profunda gratidão em relação ao apoio que a comunidade internacional concedeu ao nosso país, tendo garantido que a organização que representa vai seguir de perto o desenrolar dos acontecimentos nos próximos tempos na Guiné-Bissau.

Samuel Nana Sinkam afirmou que as eleições que decorreram no país em 28 de Novembro de 99 foram justas e transparentes.

Mais adiante, Nana Sinkham defendeu que as futuras vitórias das eleições ora realizadas vão servir essencialmente o povo da Guiné-Bissau e a Junta Militar para a Consolidação da Democracia Paz e Justiça.

O enviado de Kofi Annan elogiou o juramento prestado pela Junta Militar de regressar aos quartéis depois das eleições e o apoio que darão na consolidação da paz, democracia e justiça.

Agradeceu a firmeza dos princípios que sempre nortearam a posição da Junta e do seu Comando Supremo em entregar o poder aos civis, facto que, segundo Sinkham é a vitória do GUN que trabalhou incessantemente em colaboração com a comunidade internacional com vista a assegurar uma transição normal no país.

Finalmente, Samuel Sinkham agradeceu ainda o gesto da comunidade internacional, sem o qual

não seria possível o sucesso das eleições, e o apoio dos países vizinhos.

Recorda-se que à convite das entidades competentes do país, alguns países, organizações internacionais, designadamente a Organização de Unidade Africana (OUA), Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP); Organização Internacional da Francofonia (OIF), Angola, Cabo Verde, Costa de Marfim, EUA, Moçambique, Países Baixos, Portugal e Suécia enviaram delegações com vista a observação das eleições legislativas e presidenciais de 28 de Novembro de 1999 na Guiné-Bissau.

Bacari Mané

Instituto de Apoio ao Emigrante Muitos projectos poucos meios



Que não venham dizer que o IAE, através do seu responsável máximo é incompetente.

O Instituto de Apoio ao Emigrante, em nome do seu Director-Geral, Dr. Julio Correia, quer apresentar os seus vivos cumprimentos aos nossos emigrantes.

Apesar das dificuldades que esta Instituição tão importante, teve sempre menos apoios dos sucessivos Governos depois da sua criação em 1986. Também não teve uma intervenção do Estado que implicaria a concessão da sua parte apoios aos serviços existentes de modo a melhor adequar a sua capacidade de performance.

Pensamos que depois das eleições vamos arrancar com o nosso projecto de construção de casas para os nossos emigrantes. Que os nossos emigrantes tenham confiança no IAE. Mesmo com dificuldades, vamos conseguir e demonstrar ao nosso povo que quando há vontade e iniciativa pode-se realizar um sonho.

Queria através das imagens vivas da Empresa construtora de casas no Bairro dos emigrantes na nossa televisão, apresentar como é que vão decorrer as obras dentro de algum tempo. Compendendo a mudança imposta pela situação actual,

solicitamos que lhe seja concedido as mínimas condições. Quase há 12 meses o IAE esta completamente desprovido de meios e equipamentos.

Com todas essas dificuldades o Instituto de Apoio ao Emigrante, praticamente não funciona. Já endereçamos umas cartas ao Governo fazendo o ponto da situação do Instituto. Queremos fazer um apelo ao Governo de Unidade Nacional e ao novo governo para que o nosso Instituto seja dotado de mínimas condições para que possa funcionar devidamente.

Neste momento não existe nada no IAE. Os pouco que detinha foram pilhados no dia 7 de Maio (fax, fotocopiadora, máquinas, computadores, aparelhos de ar condicionados, telefones, cadeiras etc) e pelo menos uma viatura para poder resolver minimamente as suas dificuldades em termos de meio de transporte.

Estamos certos e convictos que a nossa situação irá merecer atenção especial daqueles que querem colaborar com os nossos emigrantes e na realização do nosso grande projecto de construção de casas para os nossos emigrantes

Anúncio

República da Guiné-Bissau

Projecto de Infra-estruturas Urbanas

Anúncio de Concurso Público Local

Data: 05.11.97
Crédito nº.2748-GUB
Anúncio de Concurso Nº.14/97

1. A AGEOPPE comunica o relançamento do CONCURSO PÚBLICO para a adjudicação da obra **MANUTENÇÃO CORRENTE DAS ESTRADAS REVISTIDAS NORTE/A!** nos termos dos regulamentos da AGEOPPE e da documentação de concurso:

2. Alvará exigível - Classes II; III; IV e V

3. As propostas de candidatura devem ser entregues até às **12H00** do dia 13 de Dezembro de 1999, no seguinte endereço:

AGEOPPE

Rua General Omar Torrijos

Tel: (245) 211951/202261

Fax: (245) 202262

C.P. - 754

Bissau - República da Guiné-Bissau

4. Os interessados podem facultativamente concorrer sob consórcio ou outra modalidade de associação.

5. A sessão pública de abertura das propostas terá lugar no dia **13 de Dezembro pelas 12H30 na sede da Agência.**

6. O prazo de validade das propostas será de **90 dias** a contar da data de abertura.

7. Os interessados poderão adquirir a documentação de concurso no valor de **FCFA 7000,00** (Sete mil francos CFA), e demais informações na AGEOPPE das 08H30 às 14H30.

Anúncio

Comunicado de Imprensa

A EAGB informa aos seus estimados clientes que retomou a facturação mensal do consumo de energia e água dos seus clientes.

A primeira factura emitida corresponde aos consumos dos meses de **Julho a Setembro** do corrente ano.

Ciente das dificuldades financeiras que a população em geral vem enfrentando em consequência da guerra que assolou o nosso país, a EAGB permite o pagamento desta factura em prestações.

O prazo limite para pagamento desta factura será o **dia 31 de Janeiro de 2000.**

As facturas seguintes deverão ser pagas dentro do prazo normal, isto é **15 dias a contar da data da sua emissão.**

A EAGB deseja a todos os seus clientes um Feliz Natal e um Ano Novo próspero.

Director-Geral da RDN pede demissão

O Director-Geral da Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau, Fernando Jorge Lopes Pereira, pediu esta semana a sua demissão do cargo, por razões supostamente de ordem financeira e outras, que vinha desempenhado desde Junho último.

Luís Correia ao NP

“A POP precisa de jovens”

A Direcção-Geral da Polícia da Ordem Pública (POP) vai proceder, no primeiro semestre do ano 2.000, a um novo recrutamento de jovens para ingressarem nas fileiras, por forma a imprimir uma nova dinâmica no sector da segurança pública. Esta informação foi-nos revelada, no passado dia 2 do corrente, pelo Comissário-Geral da POP.

Luís Correia que fazia um balanço do dispositivo montado pela sua instituição para segurar a campanha eleitoral que culminou com as eleições de 28 de Novembro, disse que esta iniciativa inscreve-se na política de uma reforma profunda que esta direcção pensa levar a cabo a todos os níveis, acrescentando que para fazer face a onda de criminalidade que assola o país, a polícia precisa de agentes jovens, uma vez carecem de meios materiais para contornar a situação e a maior parte dos efectivos já são velhos e não

podem permanecer várias horas no serviço de patrulha. Aliás, vai brevemente, começar o patrulhamento permanente das ruas da cidade-Bissau.

Relativamente à segurança montada durante a campanha eleitoral até às urnas, Luís Correia disse que o balanço foi positivo, embora a polícia tenha trabalhado com algumas dificuldades de ordem material, nomeadamente a falta de rádios de comunicação e transporte para percorrer todas as artérias da cidade, para localizar as eventuais zonas de violência, assaltos às residências dos populares, estabelecimento públicos e privados.

“Conseguimos fazer o máximo que podíamos para garantir a segurança dos cidadãos, sobretudo no dia da votação”.

Falando de confrontos ou cenas de violência registadas durante e depois da campanha, Luís Correia disse que o processo decorreu num clima de maior tranquilidade e civismo, registando-se apenas dois casos isolados: “o primeiro foi no último dia de campanha, quando uma carrinha que transportava alguns apoiantes do PAIGC se cruzou com os do PRS, no Alto Crim, tendo estes entrado em confrontos que resultou num ferido grave.

O segundo caso, aconteceu no dia de votação na Avenida 14 de Novembro, no círculo 28, quando um grupo de eleitores, na sua maioria jovens, fizeram barricadas na estrada, impedindo a circulação de viaturas, como sinal de protesto pelo atraso da chegada das urnas às mesas de voto. Os jovens perderam paciência ao ponto de queimarem pneus na estrada, apedrejar algumas viaturas e, entrando mesmo em confronto com a polícia.

Para terminar, este responsável criticou duramente o acto de “vandilismo” que foi praticado na CRE do Sector Autónomo de Bissau, no passado dia 16 de



● Comissário-Geral da POP, Luís Correia

Novembro, por um grupo de jovens que destruiu parcialmente este edifício. Neste momento os autores de crime já se encontram detidos graças a intervenção do Departamento de Acção Preventiva em colaboração com a PJ, e quase todos os materiais roubados foram recuperados e entregues à CRE, e os implicados aguardam um processo judicial.

Rui Gomes

Portugal concede donativos às FA

No quadro da cooperação técnico-militar luso-guineense, o Estado Maior General das Forças Armadas beneficiou, no dia 3 do corrente mês, de um lote de equipamentos de transmissão doados pelo Governo português.

O lote comporta rádios VHS, assessórios com capacidade de ligação com todos os quartéis do país e baterias de grande capacidade para alimentar os painéis solares, em caso da ausência da energia eléctrica.

O donativo avaliado em mais de quarenta (40) milhões de Escudos portugueses, inscreve-se na primeira fase de um projecto de ajuda de Portugal às Forças Armadas guineenses, cujos objectivos previstos para esta fase são a recuperação da operacionali-

dade dos meios especiais que existiam, a reinstauração da ligação de redes de Rádio Nacional, por forma a conseguir uma ligação eficaz entre as estruturas do comando do Exército instalados no terreno e por último fazer a aquisição dos materiais em ambas as áreas.

O Embaixador de Portugal acreditado no país, António Russo Dias, disse, na ocasião, que o acto mostra que a cooperação entre Bissau e Lisboa estende-se em todas as áreas.

Djaló Djaló

Nova onda de protestos das Forças Armadas

Populares de Bissau acordaram assustados

18 meses do não pagamento de salários e subsídios às Forças Armadas esteve na origem da sublevação militar, verificada dia 8 do corrente, em Bissau e no interior do país e na qual soldados fardados, mas não armados, das diferentes unidades do Exército, invadiram todas as artérias da capital impedindo a circulação normal das viaturas tanto estatais como privadas.

Uma fonte dos revoltosos afirmou que o Governo havia prometido pagá-los até terça-feira,

7 do corrente mês, mas não chegou a cumpri-lo o que obrigou a saída dos soldados das casernas para protesto e exigirem o pagamento imediato dos seus salários e subsídios em atraso.

A fonte adiantou que depois do conflito político-militar, altos oficiais das Forças Armadas compraram viaturas caras, mobiliários, bem como mandaram fazer obras, coisas essas que não coadunam com os objetivos do levantamento de 7 de Junho de 1998.

“Se na verdade estamos a falar de uma verdadeira justiça, é pre-

ciso que se verifique na prática, porque nós, soldados, não vamos permitir jamais sermos enganados com as palavras açucaradas do Ministro das Finanças, Abubacar Demba Dahaba” disse a fonte, acrescentando que os novos soldados não querem continuar a ser como os velhos Combatentes da Liberdade da Pátria que no regime do Nino Vieira foram marginalizados.

Esta é a segunda vez, no espaço de dois meses, que os soldados protestam sobre o pagamento de salários.

Governo suspende nova grelha salarial

O executivo de Francisco José Fadul decidiu suspender o pagamento da nova grelha salarial da Função Pública devido ao aumento brusco de funcionários.

As Finanças estavam a contar com 15 mil efectivos, só que este número disparou para 25 mil dev-

ido aos militares, jovens, que estiveram ao lado da Junta Militar e que agora vêm engrossar o número de funcionários e que não estava previsto.

Esta suspensão de pagamento da nova grelha, está em parte ligada a saída massiva das tropas no dia 8 do corrente, e como saída o

governo comprometeu-se a pagar os salários até agora praticados na Função Pública.

O pagamento da nova grelha do mês de Novembro será brevemente anunciado, depois de terminado os trabalhos das Finanças e da Função Pública.

Valentina da Silva e Rui Gomes